



Cooperativismo de Trabalho: caminhos da geração de trabalho e renda

Arlete Cândido Monteiro Vieira¹
Fabio Ricci²

Resumo

Essa pesquisa teve como objetivo geral a verificação do Cooperativismo de Trabalho como uma possível alternativa à geração de trabalho e renda. Sendo assim, procurou-se descrever os principais conceitos que definem a Economia Solidária e o Cooperativismo, dando um maior enfoque à experiência brasileira, mostrando suas origens históricas e evolução contemporânea. Passou-se a analisar a Cooperativa e sua atuação que vai além da geração de emprego e renda. A pesquisa foi do tipo exploratória, com os dados coletados de forma documental e de questionários e formulários e analisada com apoio bibliográfico. Apesar da crise do mercado de trabalho apresentar um quadro de complexo enfrentamento e dos desafios enfrentados pelas cooperativas não serem poucos, pôde-se concluir que essa forma de trabalho pode ser considerada uma alternativa aos trabalhadores excluídos, desde que inclinados à relações sociais que permeie a colaboração, a cooperação e a solidariedade, sejam direcionados por políticas públicas de apoio e incentivo, e organizem suas ações por um projeto, tendo como objetivo principal o resgate social e a cidadania.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, planejamento e desenvolvimento regional.

¹ Contadora, mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU, professora do Curso de Administração da FAPI (Faculdade de Pindamonhangaba –SP).

² Doutor em História Econômica pela USP, Professor do programa de Mestrado em gestão e Desenvolvimento Regional da UNITAU.

Work of cooperativism : development of work and income

Abstract

This research had as an objective to verify the Work Cooperate System, as a possible alternative to work and revenue generation. Following this, described into the main contents which arrange the Solidary Economy and the Cooperate System, with a closer approach to the Brazilian's historical origins and contemporary evolution. Once this subject was understood, the research turn to analyze the Cooperative, and its performance, which goes beyond the generation of job and revenue. The research was descriptive type and all database had been collected by documents and questionnaire and formulary and analyses with bibliography base. Despite of the crisis on the offering job market showing a complex scenario of confrontation and many challenges by the cooperatives. It follows that this form of work could be considered as a good alternative way to allow the integration of excluded workers, to tendency of social relations, which consist into mutual contribution, cooperation, solidary, by a public politics of support and incentive, and an action plan regarding their projects. All this in order to achieve the social rescue and citizenship.

Key words: solidary economy, co-operativism, planning and regional development.

Introdução

As mudanças ocorridas nas últimas décadas ampliaram a informalidade e a precariedade do mercado de trabalho, alterando o perfil e a natureza do próprio trabalho e constituem-se, hoje, no problema central do desenvolvimento social, tanto em países altamente industrializados como em países em desenvolvimento.

No Brasil, a conjugação das mudanças impostas pela reestruturação econômica mundial, com a introdução de novas tecnologias de produção e o emprego de técnicas de gestão racionalizada do trabalho, coincidiu com a crise de um modelo econômico baseado em investimentos públicos e protecionismo. Agregue-se a isso a crescente internacionalização da economia e os compromissos derivados da integração regional para percebermos as rápidas mudanças estruturais, que dão à categoria trabalho outra natureza.

Neste contexto o cooperativismo, já há muito conhecido, voltou a ter destaque, conseqüência de seu crescimento e diversificação.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as contribuições do cooperativismo de trabalho popular como alternativa de trabalho e renda, proporcionando a transformação social, o desenvolvimento e o resgate da cidadania.

Os objetivos específicos foram: analisar a vertente da economia solidária; a teoria e doutrina do cooperativismo; o cooperativismo de trabalho; verificar se as mesmas estão sendo geradoras de trabalho e renda, proporcionando a diminuição do desnível social e a autonomia dos sujeitos; mensurar a importância do empreendimento cooperativo de trabalho das empresas cooperativas estudadas, no contexto social e econômico da comunidade em que se situa; disseminar a cultura cooperativista como forma de geração de recursos e desenvolvimento regional.

A pesquisa bibliográfica procurou destacar conceitos como os de economia solidária - solidariedade social e cooperação econômica; cooperativismo - teoria e doutrina; empresa cooperativa - processo autogestionário e solidário; cooperativa de trabalho - legitimidade de atuação; e o de cooperado como ator do processo. Para o desenvolvimento dessas discussões foram utilizados os trabalhos de Singer e Pinho.

Analisou-se três cooperativas de trabalho sediadas em Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Ubatuba, fundadas para atender as necessidades de inclusão social de seus cooperados.

Economia Solidária

A economia solidária, segundo Razeto (1993), é uma formulação teórica elaborada a partir de conjuntos significativos de experiências econômicas no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem racionalidades especiais, diferentes de outras realidades econômicas.

Singer & Souza (2003) expressam que empreendimentos de economia solidária são aqueles que possuem estatuto próprio e sócios cooperados, em condição igualitária.

A economia solidária coloca-se como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a reintegração social dentro do sistema hegemônico atual é praticamente impossível.

Singer (2004) enfatizou que a economia solidária é uma economia completamente oposta à capitalista em todos os aspectos importantes. Une, por exemplo, capital e trabalho, que é o que o capitalismo separa. E isso dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente: o trabalhador tem responsabilidade total; não individual, mas coletiva, pela empresa. Ele é, por todos os pontos de vista, um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação. Não se pode ser parte de um todo e ficar alheio ao que acontece.

Segundo Singer (2002), a economia solidária surgiu no Brasil provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar. Foi dessa época a formação das cooperativas que assumem a direção de várias indústrias que continuam em operação até hoje.

De acordo com o Plano de Ação 2004 da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), é pressuposto da economia solidária a construção coletiva, que se dá em empreendimentos que devem ser fomentados ou apoiados.

Conclui Paul Singer que o Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos, permanecendo independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado.

O cooperativismo

Moura (1968) considera que o cooperativismo é uma autêntica democracia econômica, porque atende, simultaneamente, a todas as classes, e não deseja ser o instrumento coercitivo ou de pressão de nenhuma delas sobre as demais.

O ideal do cooperativismo se disseminou em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo, procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da sociedade econômica. É, portanto, uma forma alternativa de pensar, realizar o trabalho, coordenar a economia; um sistema de idéias, valores e formas de organização das atividades socioeconômicas.

Roloff (2002) expõe o cooperativismo como um ideal para pessoas que compreendem a necessidade de cooperar e de dividir bens, serviços e conhecimentos para facilitar a sobrevivência humana, através do qual, de forma democrática e solidária, as pessoas constroem e participam de instituições cooperativas com objetivo de atender às necessidades dos associados, de seus familiares e da comunidade.

As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra altos preços dos bens de primeira necessidade. (Veiga, 2001).

Descreve Pinho (2004) que os Pioneiros de Rochdale criaram a primeira cooperativa popular de consumo, que serviu de padrão organizacional para o mundo inteiro. A evolução posterior do cooperativismo, segundo Silva Filho (2001), deve-se ao êxito da cooperativa de Rochdale. A partir daí o movimento cooperativo começa a se definir como uma alternativa dentro do sistema, separando-se do movimento obreiro ou sindical e passa a ser interclassista, favorecendo o aparecimento das cooperativas agrícolas, de profissionais, etc.

Nascimento (2000) considera que o cooperativismo é um modelo econômico, com grande eficácia para corrigir disfunções dos sistemas econômicos e a forma correta para que os indivíduos realizem, em grupo, objetivos econômicos que teriam dificuldades de viabilizar sozinhos.

Cooperativismo no Brasil

No Brasil a prática cooperativa surge a partir de 1932, motivada por: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação.

Atualmente há esforços de moralização das práticas cooperativas que se inscrevem dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor. Tal perspectiva se distancia daquela observada nos anos 80 quando o movimento cooperativista seguia as diretrizes de uma “modernização conservadora” em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada, favorecendo médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência, desenvolvida pela agricultura de base familiar.

O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizado como instrumento de controle social e político, representou, para muitas dessas experiências, grandes esperanças e lamentáveis fracassos.

Considera Pinho (2004) que no ano de 2003 a interação universidades-cooperativas intensificou-se nas três vertentes cooperativas: a tradicional, a sindical e a solidária, sendo que desempenhou importante papel a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), a rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), em funcionamento em diversas universidades públicas e particulares e no sistema Ecosol (Economia solidária).

Apresenta-se um intenso fenômeno de criação e constituição de cooperativas no Brasil a partir de 1996. A maior concentração de cooperativas encontra-se na região sudeste do país, na qual situa-se mais de 40% do total.

Doutrina e Princípios do Cooperativismo

Pinho (2004) indica que a doutrina cooperativista é uma proposta de reforma do meio social por um instrumento econômico – as cooperativas.

Do ponto de vista doutrinário, as principais mudanças implantadas pela união dos associados em cooperativas seriam a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado-cooperativista, a substituição da competição pela cooperação e a eliminação do lucro capitalista, entre outras. Em um plano mais avançado, as cooperativas criariam condições para a concretização do “justo preço” e do projeto de “República Cooperativa”.

Pode-se encontrar diferenças consideráveis entre as cooperativas de diversos países, pois elas são o reflexo do meio cultural, econômico e político em que atuam.

O espírito cooperativo se expressa em um conjunto de princípios rochdaleanos, reformulados e ampliados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que, no Congresso de Manchester, em 1995, referendou os princípios cooperativistas que deverão ser seguidos na atualidade por todas as cooperativas.

No Brasil, as Sociedades Cooperativas são reguladas pela Lei 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das Cooperativas, modificado a partir de 11/01/2003, por força do novo Código Civil brasileiro (lei 10.406/2002), artigo 1.094, inciso II, sendo necessário que haja associados suficientes para compor a administração da cooperativa.

Características da Cooperativa

A sociedade cooperativa apresenta os seguintes traços característicos: é uma sociedade de pessoas; o objetivo principal é a prestação de serviços; pode ter um número ilimitado de cooperados; o controle é democrático (uma pessoa é igual a um voto); nas assembléias, o quorum é baseado no número de cooperados; não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança; retorno proporcional ao valor das operações; não está sujeita à falência; constitui-se por intermédio da assembléia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial; deve ostentar a expressão “cooperativa” em sua denominação; neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial; indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.

Os órgãos de administração são responsáveis pela gestão, formação de fundos, apuração e destinação dos resultados, entre outras atividades. Eles comandam, coordenam, controlam e analisam o

processo organizacional tendo como concepção a missão da empresa; definição da política empresarial; organização do trabalho, delegação de autoridade e responsabilidade e supervisão.

Panzutti (2001) afirma que as cooperativas têm estrutura democrática, pois é uma empresa de participação. Porém, havendo um crescimento empresarial da cooperativa, há uma tendência de afastamento da liderança em relação às suas bases.

Pinho (2004) esclarece que o incentivo à melhoria da qualidade da produção do cooperado, que, garantindo a fidelidade nas transações cooperativistas, reforça a interação entre cooperado e cooperativa. Importante também é a valorização dos associados participativos, desestimulando a não participação.

Cooperativismo de Trabalho

O cooperativismo brasileiro foi estruturado em treze ramos pela OCB, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, mineral, produção, infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros.

Esta nomenclatura foi adotada para classificar e facilitar a organização vertical das cooperativas em federações, confederações e centrais, em âmbito estadual e nacional, bem como para viabilizar a economia de escala e a competitividade das cooperativas no mercado. (PINHO,2004)

A Organização das Cooperativas Brasileiras define as cooperativas de trabalho como sendo aquelas cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros e se fundamenta na relação de que a atividade a ser desenvolvida é um trabalho autônomo, uma vez que todos gozam de iguais direitos e obrigações, sendo todos eleitores e elegíveis para cargos diretivos. Sendo, assim, é evidente que não pode existir subordinação econômica ou técnica, muito menos jurídica.

A cooperativa de trabalho é uma sociedade em transição e em evolução. Transição, por criar nas pessoas o senso de liberdade responsável, em que o indivíduo vale pelo que produz e não pelo que tem; evolução, por obrigar o indivíduo à constante profissionalização e prover a sociedade de cidadãos mais conscientes, mais responsáveis e participativos.

Enfim, as cooperativas de trabalho se apresentam como uma alternativa que possibilita a inserção, especialmente, dos excluídos do mercado de trabalho e sem renda, e que, ao mesmo tempo, criam

espaços de autonomia e de protagonistas no processo produtivo e empresarial.

Cooperativa de Trabalho “Popular”

Consideramos como “popular” a cooperativa de trabalho que visa, primordialmente, incluir, no espaço da atividade econômica, parcela da população até então excluída – por desemprego estrutural, por carência de instrução e de qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante do subdesenvolvimento econômico.

Andrioli (2004) afirma que o exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, contribuindo, através de um amplo processo de educação, formação e capacitação constante dos participantes, para a formação de lideranças e na efetivação da cidadania.

Segundo Scopinho (2003), a natureza política do problema a ser tratado e a finalidade humanista e transformadora do projeto de organização econômica e social em cooperativas populares autogestionárias impedem de copiar as receitas prescritas em manuais de administração de recursos humanos e requerem que se construa a proposta coletivamente, a partir de um método que se fundamenta nos princípios da pesquisa-ação ou pesquisa participante.

Pela histórica relação que o cooperativismo possui com o desenvolvimento local e seu potencial de geração de renda através do trabalho associado, a aposta na sua difusão, implementação e apoio permanente são estratégicos contra o desemprego. A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem a instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

As cooperativas estudadas

Para o presente estudo foram analisadas três cooperativas, em fases distintas de desenvolvimento: uma instalada em Guaratinguetá, que será denominada de Cooperativa “A”, que iniciou suas atividades com 63 cooperados; outra em Pindamonhangaba, Cooperativa “B”, que iniciou com 21 cooperados; e a última em Ubatuba, Cooperativa “C”, que começou com 23 cooperados.

Foram selecionadas cooperativas populares que se constituíram para combater o desemprego e o subemprego, situação de degradação

social e econômica a que foi submetido o indivíduo não qualificado pela economia capitalista.

A pesquisa documental teve a finalidade de demonstrar a legitimidade das cooperativas e a observância dos preceitos legais peculiares às sociedades cooperativas, com base na observação dos seguintes documentos e seu conteúdo:

- Ata de constituição: o quorum de instalação, a ordem de chamada de acordo com o edital de convocação, os assuntos discutidos e os registros nos órgãos competentes;
- Estatutos sociais: os objetivos sociais, a obediência às normas regulamentares e as formas de admissão e demissão ou exclusão de cooperados;
- Atas de reuniões: a frequência, se a pauta foi pertinente e relevante e o interesse dos cooperados em participar do processo de autogestão da cooperativa;
- Relatório de pagamento de produção: pagamentos efetuados aos cooperados, sua periodicidade e coerência com os dados colhidos nos formulários aplicados aos cooperados.
- Questionários: aplicados às pessoas que fundaram as cooperativas, suas informações serviram de marco inicial da situação socioeconômica dos futuros cooperados e suas expectativas quanto ao empreendimento, enfim um diagnóstico situacional.

Os questionários foram divididos em três partes: a) situação socioeconômica: sexo, idade, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade, moradia, discriminação social, atividade e rendimento mensal anteriores ao processo de cooperação com o objetivo de traçar a origem e o perfil dos cooperados; b) relações com a cooperativa: relacionamento entre o cooperado e a cooperativa, seu entrosamento com os objetivos cooperativistas e do empreendimento, treinamentos recebidos, rendimentos mensais e a efetividade de participação no processo de gestão cooperativista e c) relações com a comunidade: participação em eventos sociais e comunitários, parcerias e apoio de empresas e poder público, e principalmente sobre a qualidade das relações com a comunidade em geral quanto à participação social.

Foram entrevistadas pessoas que coordenaram diretamente a constituição das cooperativas e que ofereceram apoio técnico, de infraestrutura e instrumentos para produção e políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda.

Os fatores preponderantes para a escolha foram: a constituição legal, o posicionamento socioeconômico das pessoas antes da

cooperação, a marginalização gerada pelo desenvolvimento capitalista e a urgência de ações, na implantação de programas e projetos para atender às realidades locais e provocar um fenômeno capaz de promover a absorção de uma camada de trabalhadores à margem do mercado de trabalho.

A análise desses fatores realizou-se de forma comparativa, com a finalidade de avaliá-las conjuntamente, apontando suas peculiaridades irreduzíveis e, ao mesmo tempo, apontar uma caracterização do cooperativismo de trabalho regional.

A diferenciação entre as cooperativas se dá por conta das características do grupo, do projeto de origem e pelo caminho que foram construindo em termos de destino da produção.

Observou-se que, em escalas e graus diversos, muitos dos elementos de solidariedade encontram-se presentes, indicando perspectivas e possíveis tendências de evolução.

O número de cooperados é maior na cooperativa “A”, visto sua representatividade social e o projeto de sua constituição ter sido muito bem estruturado, oferecendo cesta básica como benefício aos cooperados.

A cooperativa possui regimento interno com normas de funcionamento e promove a exclusão do cooperado que não se adapta ao mesmo, como também promove a inclusão de novos cooperados (de acordo com lista de espera) para atender o aumento da demanda de trabalho ou substituir os excluídos. Existe, em andamento, um projeto de expansão da cooperativa, com a instalação de mais um posto de triagem de materiais.

Na cooperativa “B” houve redução do número de cooperados pelo fato de alguns terem encontrado outra oportunidade de trabalho, com maior remuneração, e sentirem-se desconfortáveis com a demora da legalização da cooperativa perante os órgãos públicos.

A pesquisa documental revelou que os projetos de constituição das cooperativas foram bem estruturados, os eventos foram todos registrados e arquivados (cooperativa “A” e “C”).

Os coordenadores prestaram todos os esclarecimentos e, com o apoio da Prefeitura Municipal, SEBRAE e SENAC, foram ministrados cursos sobre cooperativismo e atividades operacionais da cooperativa.

Resultados

As respostas obtidas permitiram a seguinte análise:

- A grande maioria dos entrevistados nunca tinha participado de uma cooperativa;

- Mudou suas vidas para melhor, destacando as condições de sustento e aceitação pela sociedade.
- Encontraram na cooperativa uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho.
- Os cooperados, vivendo a experiência cooperativa, passaram a considerar que a cooperativa tem uma função social e econômica mais abrangente que apenas oportunidade de trabalho;
- Na mesma linha de raciocínio, outros afirmam que optaram por uma organização (cooperativa) em que todos são parceiros, tendo igual poder de decisão e dividindo ganhos e custos.

Nos aspectos relativos a doutrina cooperativista destacamos:

- *Autogestão*

A falta de escolaridade, de formação administrativa e de gestão e de cultura independente da relação de produção prejudicam o desenvolvimento do processo. Mesmo assim, os resultados tem conseguindo avanços nesse sentido.

- *Sustentabilidade*

A cooperativa “A” é um empreendimento maior e depende ainda do apoio público em infra-estrutura, mas caminha para a auto-suficiência, já adquiriu um caminhão e um terreno. As demais já obtiveram sua sustentabilidade, sendo que a cooperativa “C” adquiriu um veículo para fazer entregas e pretende ampliar suas atividades.

- *Efeitos socioeconômicos*

Observou-se a melhoria da renda, a conquista de auto-confiança e a integração social dos cooperados, desenvolvendo suas capacidades de expressão, de juízos de valor e de participação da vida social, contribuindo para a construção da cidadania.

- *Repercussão do projeto/ empreendimento*

A Cooperativa “A” ficou em 2002 entre as 20 melhores experiências de Gestão Pública e Cidadania, da FGV, com apoio do BNDES. Receberam visitas de vários Estados do Brasil e de outros países, como Alemanha e China, que estavam participando de eventos

no Brasil. O trabalho foi divulgado, também, na Rede Globo de Televisão, e teve grande repercussão. As cooperativas “B” e “C” também foram reconhecidas pela mídia e destacaram-se em atividades de avaliação de projetos sociais.

Conclusões

O objetivo da pesquisa foi verificar a criação de mecanismos e oportunidades geradoras de trabalho e renda de moradores de comunidades de baixa renda, por meio de empreendimentos solidários e autônomos.

As cooperativas, legalmente constituídas, mostraram-se uma opção viável de geração de trabalho e renda.

O estabelecimento de políticas públicas de inclusão social foi importante para o desenvolvimento dos empreendimentos analisados fazendo as ações fluírem com maior facilidade e a sociedade civil foi envolvida sem conflitos.

Por entenderem que o cooperativismo é uma alternativa ao alcance de todos, os projetos de cooperação priorizam os pequenos produtores e trabalhadores em geral.

A diversidade desses programas é muito grande, indo desde o fomento ao chamado “empreendedorismo” individual e coletivo, passando pela criação de cooperativas de trabalho, bancos do povo e até o de empresas autogeridas. Muitos desses projetos procuram estar identificados à emergente economia solidária.

Entre os aspectos considerados positivos, destaca-se que é consenso entre os cooperados que as condições de vida melhoraram depois da organização da constituição da cooperativa. Apesar dos problemas enfrentados, as necessidades básicas de habitação, alimentação, educação e saúde, por exemplo, estão sendo satisfeitas. E mesmo com as dificuldades de sobrevivência econômica, a maioria dos cooperados acredita na idéia da cooperação e têm disposição para debater os problemas que enfrentam, mesmo que o grau da disposição seja diferenciado.

Entre os aspectos que podem ser considerados negativos, destaca-se a heterogeneidade de concepções e práticas organizacionais, tanto entre as cooperativas como entre os membros de uma mesma cooperativa, que oscilam entre enfatizar o desenvolvimento econômico e voltado para a obtenção de sobras, ou priorizar o desenvolvimento político-social. Esse é um indicador de que a natureza essencialmente social contida no projeto de constituição não está suficientemente clara para o coletivo. Existe um distanciamento

entre a cooperativa pensada e a real e isto gera conflitos intra e intergrupais que, por sua vez, podem resultar na evasão de sócios.

A complexidade e a rigidez das estruturas organizacionais tornam o cotidiano um tanto burocrático e moroso. Resulta que as melhores idéias e iniciativas se perdem entre o debate e a implementação. Há dificuldades e entraves na comunicação e na condução do processo decisório, crise de representatividade e falhas no papel da coordenação, que oscila entre o centralismo e a ausência de direção política. Somadas essas questões cria-se um contexto organizacional propício para a fragmentação e a insatisfação generalizada, cujo desdobramento pode ser o abandono dos cooperados.

Essas experiências não podem ser avaliadas apenas por sua dimensão econômica. As suas potencialidades vão além, afirmando-se enquanto estratégia estruturadora de um outro desenvolvimento, socialmente humano e ecologicamente sustentável: são formas de trabalho diferenciadas na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana.

Deve-se considerar, também, a necessidade do envolvimento e comprometimento de instituições sociais (Senac, Sebrae) para promover os treinamentos e capacitações necessárias ao desenvolvimento da atividade produtiva e inserir nos cooperados conhecimentos sobre os princípios e fundamentos cooperativistas.

Procurou-se compor um quadro em que se pudesse compreender o discurso teórico e a realidade prática sobre o papel das cooperativas de trabalho no contexto do desenvolvimento regional; entendidas essas cooperativas como organizações que constroem novas relações de trabalho com o mercado, gerando trabalho e renda. Expôs-se toda a dinâmica, a complexidade, os conflitos e as dificuldades existentes no trabalho associado em cooperativas.

No estudo realizado, pode-se constatar que as cooperativas de trabalho representam saídas válidas para a questão do trabalho. Entretanto, fomos levados a acreditar que o papel do cooperativismo, embora possa em tese ser preservado, na prática, sofre as adaptações exigidas por uma realidade bastante diferente daquela que proporcionou o seu surgimento.

Há dificuldades a serem superadas, como, por exemplo, a remoção de obstáculos tributários que os governos impõem aos associados das cooperativas e a ausência de normas claras, precisas e coerentes que facilitem o desenvolvimento das cooperativas e impeçam sua utilização para violar direito dos trabalhadores.

Ressalta-se como um dos resultados principais da pesquisa o sentimento de satisfação de fazer parte do empreendimento e informar, sem nenhuma reserva, que a cooperação trouxe inúmeros benefícios, sendo o mais importante de todos eles o fato de o cooperado resgatar o seu lugar de cidadão, de ter renda mensal garantida pelo esforço conjunto, poder comprar a prazo com a apresentação do documento de cooperado e ser respeitado como portador de direitos e obrigações; enfim, o sentimento de pertencer e trazer resultados positivos para a comunidade.

Conclui-se, então, que se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontraram no cooperativismo uma forma de viver, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento econômico e social pelo estabelecimento de acordos, parcerias, apoio e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso do empreendimento.

Referências Bibliográficas

ANDRIOLLI, J. I. **Cooperativismo: uma resistência à exclusão** (artigo) – Revista Espaço Acadêmico número 78 – janeiro/fevereiro/2004. <<http://www.revistaespaçoacadêmico.com>> acesso em fevereiro/2005

DOMINGUES, J. C. **Cooperativas de Trabalho: um modelo de autogestão no combate ao desemprego – mitos e realidades** – São Paulo : Editora STS, 2002

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004.

MISI, M. C. **Cooperativismo de Trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

MOURA, V. **Curso Médio de Cooperativismo**. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1968.

NASCIMENTO, F. R. do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OCESP – <<http://www.ocesp.org.br/sescoop/default.asp>> - acesso no período de maio/2003 a abril/2004.

PANZUTTI, R. **Empreendimento cooperativo: um novo agente econômico**. São Paulo: OCESP-SESCOOP, 2001

PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. São Paulo: Cortez, 1993

ROLOFF, F. e MUSSKOF, H. L. Cooperativismo: um rumo e um ideal. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SCOPINHO, R. A. e Martins, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. e SOUZA, A. R. A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SINGER, P. *Revista Fórum.* Out./2004.

SILVA FILHO, C. V. Cooperativas de Trabalho. São Paulo: Atlas, 2001

VEIGA, S. M. Cooperativismo: uma revolução em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.